

Excerpt from pages 78-79 of the Report and Opinion of RDTL Parliament Committees on the proposed 2019 State Budget

6 December 2018

[Translated by La'o Hamutuk; original Portuguese follows below. Emphases in original]

Recommendations from Committee D (Economy and Development) to the Government:

1. It seems clear that the promise of the “statement of reasons” to “give particular emphasis to the implementation of activities that allow the development of basic infrastructure and other areas such as tourism, health, education, agriculture, drinking water, investment in human capital” has not been reflected in practice through the distribution of resources in the state budget. It seems therefore advisable to develop a greater effort to improve our human capital, particularly in the area of education, but also in health -- as well as betting effectively on tourism and agriculture -- mainly family, which would allow increasing the resources of rural families and the quality of food for them and for Timorese in general.
2. It is suggested that **the Government increase spending on education, but also on health**, in the framework of a **medium-long-term strategy to qualify our workforce and improve their health status**. The option suggested above needs to be very explicit and **reflected in a revision of the State Budget** for 2019 in its discussion in the National Parliament but also (mainly?) in the budgets of the next years through a strategy of progressive rebalancing -- for example 5-7 years? -- between spending on “things” (physical capital) and on “people” (human capital).
3. Committee D and all Members of Parliament still have no access to **independent studies of recognized quality on the feasibility of the** Timor-Leste petrochemical pipeline project (pipeline, LNG plant and refinery). In the light of conflicting information on its feasibility, the Committee appeals once again that the Government provide, albeit with conditions due to the special sensitivity of the subject, any **credible, independent studies** about the subject. On the other hand, the Committee - and certainly all Members of the National Parliament - would like to have access to any cost-benefit studies (including terms of production and deadlines) for **alternative strategies** for the exploitation of Greater Sunrise (at least those originally proposed by the oil companies -- connecting the pipeline to Darwin or a floating platform -- and the one proposed by the Government) since up to now such a comparative study has not been available to us -- which would greatly help us take a decision on the present and future allocations of resources.
4. For the future, before any project is implemented, a feasibility study has to be carried out with the objective of guaranteeing the quality of the work, because, through experience, many projects have already been implemented, a lot of money has been spent, but there was no quality;
5. For the future, any project to be implemented has to follow existing procurement rules, because often projects do not comply with these same rules and, therefore, their control is difficult, which usually results in poor quality project work.
6. Committee D advises the Government to take care in the future when withdrawing money from the Petroleum Fund as pressure on it continues to increase every year;
7. Committee D also advises the Government to clearly define good investments, particularly in relation to the shares just purchased from the international companies ConocoPhillips and Shell.

Ao Governo:

1. Parece evidente que a promessa da “exposição de motivos” de “dar particular incidência na implementação das atividades que permitam o desenvolvimento das infraestruturas básicas e de outras áreas tais como turismo, saúde, educação, agricultura, água potável, investimento no capital humano” tem pouco reflexo na prática da distribuição de recursos em sede de orçamento de Estado. Parece, pois, ser aconselhável desenvolver um esforço maior na melhoria do nosso capital humano, particularmente no domínio da educação, mas também na saúde --- para além de apostar efetivamente no Turismo e na agricultura --- principalmente de natureza familiar que permita, desenvolvendo-se, aumentar os recursos das famílias rurais e a qualidade da sua alimentação e dos timorenses em geral.
2. Sugere-se que **o Governo aumente os gastos em educação --- mas também em saúde** --- no quadro de uma **estratégia de médio-longo prazos de qualificação da nossa mão-de-obra e de melhoria do seu estado sanitário**. A opção sugerida acima tem de ser bem explícita e **refletir-se numa revisão do OE** de 2019 em sede da sua discussão no Parlamento Nacional mas também (principalmente?) nos orçamentos dos próximos anos através de uma estratégia de progressivo rebalanceamento --- por exemplo 5-7 anos? --- entre os gastos em “coisas” (capital físico) e em “pessoas” (capital humano).
3. A Comissão D e o conjunto dos deputados continua sem ter acesso a **estudos independentes e de reconhecida qualidade sobre a viabilidade do projeto** de instalação da fileira petroquímica em Timor Leste (gasoduto, fábrica de LNG e refinaria). Face a informações desencontradas sobre a sua viabilidade, a Comissão apela mais uma vez a que sejam disponibilizados pelo Governo, mesmo que com condições devido à especial sensibilidade do tema, eventuais **estudos credíveis, independentes**, sobre o assunto. Por outro lado, a Comissão -- e, certamente, o conjunto dos deputados do Parlamento Nacional -- gostava de ter acesso a eventuais estudos sobre custos e benefícios (incluindo prazos de produção de efeitos) de **estratégias alternativas** para a exploração do Greater Sunrise (pelo menos os inicialmente propostos pelas empresas petrolíferas --- encaminhamento do gasoduto para Darwin ou plataforma flutuante -- e o proposto pelo Governo) já que até agora tal estudo comparativo não nos foi facultado -- o que ajudaria imenso à decisão a tomar sobre a presente e as futuras afetações de recursos.
4. Para o futuro, antes de se implementar qualquer projeto, tem de se fazer um estudo de viabilidade com o objetivo de garantir a qualidade da obra, porque, pela experiência, já foram implementados muitos projetos, gastou-se muito dinheiro, mas não houve qualidade;
5. Para o futuro, qualquer projeto a ser implementado tem de seguir as regras existentes relativamente ao aprovisionamento, porque muitas vezes os projetos não cumprem essas mesmas regras e, por isso, torna-se difícil o seu controlo, o que normalmente resulta em nenhuma qualidade da obra.
6. A Comissão D aconselhou o Governo a, no futuro, tomar cuidado no levantamento de verbas do fundo petrolífero já que em cada ano a pressão sobre ele continua a aumentar;
7. A Comissão D aconselha ainda o Governo a definir claramente os bons investimentos, sobretudo relativamente às ações que venha a comprar das empresas internacionais Conoco Philips e Shell.